

INTRODUÇÃO

Sabrina Bonqueves Fadanelli*
Jordana Lenhardt**

Este dossiê temático, *Linguística Forense*, pretende prestar uma contribuição às pesquisas linguísticas abrangidas pela revista *Antares* na área de Letras e Humanidades. Nosso sincero agradecimento à revista por nos ter acolhido tão bem.

O termo Linguística Forense foi usado pela primeira vez por Jan Svartvik (1968) em seu livro *As declarações de Evans: um caso para a Linguística Forense*. Timothy Evans foi condenado injustamente por dois assassinatos em 1950. Embora apresentasse dificuldades cognitivas e houvesse muitas inconsistências no caso contra ele, seu nome só foi limpo após uma campanha de mídia de alto nível nos anos sessenta. Isso atraiu a atenção do professor Jan Svartvik, um linguista sueco que trabalhava na Universidade de Londres. Ele analisou a alegada confissão de Evans para o que os linguistas chamam de “registro”, uma medida de quão coloquialmente uma pessoa fala. Concluindo que a confissão continha muitos exemplos de “registro policial”, a linguagem formal usada pelos policiais que prestam depoimento no tribunal, ele concluiu que era improvável que tivesse sido retirada literalmente de Evans e isso ajudou a provar sua inocência. O perdão póstumo que Evans recebeu em 1966 ajudou a abolir a pena de morte três anos depois, na Inglaterra.

A Linguística Forense pode ser definida como a aplicação de conhecimento científico para a análise linguística em contextos de Direito Civil e Criminal (COULTHARD; JOHNSON, 2010), subdividindo-se em: a) linguagem escrita da lei; b) interação verbal em contextos

* Universidade de Caxias do Sul (UCS).

** Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT).

legais; c) linguagem como prova. As pesquisas e aplicações da Linguística Forense já englobam diversas partes do mundo, e, no Brasil, têm ganhado força nos últimos dez anos, com programas de pesquisa e cursos de especialização em algumas universidades públicas e privadas, trabalhando com uma diversidade de atribuições e problemáticas, como, por exemplo: fonética forense; legibilidade de documentos e linguagem jurídica; tradução e interpretação em contextos judiciais multilíngues; uso de evidências linguísticas em processos criminais e civis; detecção de plágio; identificação de falsas confissões, falsos testamentos, falsos bilhetes de suicídio; análise de discurso jurídico e policial.

Esta edição da *Antares* foi pensada no intuito de proporcionar mais um espaço de divulgação e reflexão de estudos relacionados à Linguística Forense, para que mais pesquisadores adentrem esta área tão necessária e tão significativa.

Boa leitura!

Referência

COULTHARD, M. Johnson, A. (eds.). *The Routledge Handbook of Forensic Linguistics*. London: Routledge, 2010.